

São Paulo, 20 de março de 2017.
(Referência 162/17)

Assunto: Consulta Pública nº 26/2017 do Ministério de Minas e Energia

Prezado Senhores,

Em resposta à Consulta Pública nº 26/2017 do Ministério de Minas e Energia que trata das Diretrizes Estratégicas para Bicombustíveis, o Sindipecas - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores manifesta-se conforme segue.

Sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia - MME, foram apresentadas em fevereiro deste ano as principais diretrizes do programa RenovaBio, cujo objetivo é aumentar a produção de biocombustíveis no país baseada na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Como entidade representativa da indústria de autopeças brasileira reconhecemos a importância desse programa que visa a redução gradual dos índices de emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030, em perfeita consonância com as metas firmadas na Conferência do Clima de Paris, da qual o Brasil é signatário.

Biodiesel

Para a indústria de autopeças, antes de se aumentar a quantidade do biodiesel de acordo com o cronograma, é imprescindível garantir a disponibilização do combustível e, em seguida, realizar os testes em amostras necessários para garantir a estabilidade, compatibilidade e durabilidade dos biocombustíveis.

De forma a compatibilizar a evolução dos biocombustíveis nas novas plataformas veiculares, recomendamos que fosse adicionada na especificação técnica do biodiesel, parâmetros que evitassem a degradação prematura ou que aumentasse a vida de prateleira do óleo diesel, o qual já possui 8% de biodiesel e que poderá chegar em 15% nos próximos anos.

Contribuindo para acelerar o processo e reduzir incertezas, solicitamos a revisão da Resolução 50/2013 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que especifica o diesel comercial brasileiro, adotando critérios de qualidade da resolução 30/2016, sobretudo o critério de estabilidade à oxidação de acordo com método Rancimat modificado (EM 15751) com limite mínimo de 20 horas.

Ademais, solicitamos que as demais etapas além do B8 só sejam implementadas após a conclusão dos testes que estão sendo executados de acordo com a portaria 80/2017 do MME e condicionadas a um resultado positivo (sem detecção de falhas, que caso ocorram necessitam de um tempo adicional para correção).

Portanto, defendemos que a definição das metas do programa RenovaBio, notadamente em relação à definição do cronograma para aumento dos percentuais de biocombustível, considere a importância da definição dos testes prévios para garantir estabilidade e compatibilidade do combustível, confiabilidade e durabilidade dos produtos, segurança ao consumidor, bem como previsibilidade e sustentabilidade econômica ao desenvolvimento tecnológico dos setores de autopeças, que integra a relevante cadeia automotiva nacional.

Etanol

Referido pleito necessita de uma análise econômica mais aprofundada para evitarmos impactos negativos ao desenvolvimento tecnológico de produtos que devem se valer destes biocombustíveis. Ademais, previsões de entidades mostram que para alcançar a produção de etanol necessária ao consumo interno e ao cumprimento das metas definidas na COP-21, o país terá que produzir 20 bilhões a mais até 2030, o que implicaria na instalação de 75 novas unidades produtoras de álcool, considerando uma margem média, por usina, de 3,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Em virtude do ciclo depressivo que o país atravessa, e dos problemas vividos pelo setor sucroalcooleiro nos últimos anos, cremos que há necessidade de averiguação acurada desses números.

Há ainda a preocupação de como trataríamos no mercado dois tipos de etanol, um hidratado (frota circulante atual) e um com menor teor de água (2%). Tanto do ponto de vista comercial (precificação) quanto de distribuição (duas bombas?). Também devemos ressaltar que no caso da frota atual, o uso de etanol com menor teor de água potencialmente pode gerar alterações nas emissões (por exemplo, aumento de NOX) o que impactaria na legislação de meio ambiente.

Colocamo-nos à inteira disposição do MME para os esclarecimentos que se fizerem necessários e para colaborar com discussões e sugestões das medidas cabíveis.

Grato pela atenção.

William Mufarej
Secretario Geral